

CURRICULUM VITAE

**António Ribeiro
Gameiro**

ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO

FILIAÇÃO:

Pai: Albertino Moura Gameiro

Mãe: Miquelina Pereira Ribeiro Gameiro

DADOS PESSOAIS:

Data de nascimento: 14 de agosto de 1970

Nacionalidade: Portuguesa

Nº. de C.C.: 11378795 – 2ZY8

Idade: 49 anos

Estado Civil: Casado

MORADA: Rua dos Poços, 2435-586 Pêras Ruivas, Seiça, Ourém

Telemóvel: 00 351 919 595 458

E-mail: agameiro@ps.parlamento.pt e agameiro1408@gmail.com

1. CLASSIFICAÇÕES ACADÉMICAS E DE SERVIÇO

Doutoramento em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madrid, tendo defendido a Dissertação intitulada: *“O Papel dos Parlamentos Nacionais na Construção da União Europeia”*, que teve discussão pública no dia 15 de julho de 2011, aprovada com *“Sobressaliente”* por unanimidade - Muito Bom (19 valores). (Doc. 1)

Mestrado em Administração e Políticas Públicas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa IU-ISCTE, em 2003, tendo defendido a Dissertação intitulada: *“O controlo Parlamentar das Finanças Públicas 1976-2002”*, com a classificação de Muito Bom, aprovado por Unanimidade (19 valores). (Doc. 2)

Licenciatura em Direito pela Universidade Internacional em 1995, com a classificação final de 14 valores. (Doc. 3)

1.A) OUTRAS HABILITAÇÕES COMPLEMENTARES:

Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Gestão Orçamental e Finanças Públicas pelo Instituto Superior de Gestão e Economia (ISEG) em 2001, com a classificação final de Bom (14 valores). (Doc. 4)

Master em Estudos Europeus e Direitos Humanos pela Universidade Pontifícia de Salamanca em 1999, com a seguinte Dissertação: *“A União Económica e Monetária versus o Federalismo Orçamental: O estruturograma do equilíbrio possível”*, aprovado por unanimidade do Júri com *“Sobressaliente - Cum Laude”* – 19 valores. (Doc. 5)

Curso de Pós-Graduação em Ciências Político-Administrativas pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1996, média de 13 Valores. (Doc. 6)

Avaliado enquanto Técnico Superior e Dirigente da ICERR, IEP e Estradas de Portugal, S.A., no ano de 2002, 2003, sem notação por não se encontrar instituído o modelo de avaliação de desempenho dos funcionários e dirigentes e em 2004 e 2005, 2011, 2012 e 2013, com a notação de Bom. (Doc.7)

Condecorado a 21 de abril de 2016 com a Grande Medalha da Inconfidência do Estado de Minas Gerais, Brasil. (Doc. 8)

Agraciado com um louvor público de Sua Excelência o Secretário de Estado do Orçamento – Despacho nº 4357/99, publicado no D.R. II Série nº 51, 3066, de 2 de março. (Doc. 9)

2. TRABALHOS CIENTÍFICOS OU PROFISSIONAIS

2.A) Publicações em Livro:

O Controlo Parlamentar das Finanças Públicas em Portugal (1976-2002), Editora Almedina, Coimbra, **2004.** (Doc. 10)

Jusprático- Laboral e Segurança Social 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, Wolters Kluwer Portugal/Coimbra Editora, Lisboa, em coautoria com Prof. Dr. Luis Pereira – www.Jusnet.pt (Doc. 11)

O Contrato de Compra e Venda e o Documento Particular Autenticado, Wolters Kluwer Portugal/Coimbra Editora, Lisboa, **2012,** em coautoria com o Dr. Rui Januário. (Doc. 12)

O Papel dos Parlamentos Nacionais na União Europeia, Wolters Kluwer Portugal/Coimbra Editora, Lisboa, **2012.** (Doc. 13)

Manual de Contabilidade para Juristas, Wolters Kluwer Portugal, em coautoria com o Prof. Dr. Nuno Moita da Costa, **2013.** (Doc. 14)

Manual de Teoria Geral - Introdução ao Estudo do Direito I, Cosmos Editora, Lisboa, **2013**, em coautoria com o Prof. Dr. Rui Januário. (Doc. 15)

Manual de Contabilidade para Gestores e Empreendedores, Cosmos Editora, em coautoria com a Prof^a. Doutora Ana Manaia, Prof. Dr. Nuno Moita da Costa e Prof. Dr. Ricardo Saldanha, **2014**. (Doc. 16)

Globalização e Geopolítica Internacional, Escolar Editora, Lisboa, **2016**, em coautoria com o Prof. Dr. Rui Januário. (Doc. 17)

Direitos Reais, Editora Quid Iuris, Lisboa, **2016**, em coautoria com o Prof. Dr. Rui Januário. (Doc. 18)

Direito Registral Predial, Editora Quid Iuris, Lisboa, **2016**, em coautoria com o Prof. Dr. Rui Januário. (Doc. 19)

2.B) Outros livros publicados:

Direito Internacional Público Contemporâneo e Relações Internacionais, Wolters Kluwer Portugal/Coimbra Editora, Lisboa, **2011**, em coautoria com o Prof. Dr. Rui Januário. (Doc. 20)

Jus Formulários de Processo Penal, Wolters Kluwer Portugal/Coimbra Editora, Lisboa, **2012**, em coautoria com a Dra. Maria Isilda Ribeiro. (Doc. 21)

O Código do Trabalho e Legislação Complementar, Wolters Kluwer Portugal, em coautoria com Prof. Dr. Luis Pereira, **2012**. (Doc. 22)

A Constituição de Angola, Cosmos Editora, 2.^a Edição, em coautoria com o Juiz Conselheiro Manuel Simas Santos, **2014**. (Doc. 23)

Da Política – Análise de Direito Constitucional, Ciência Política e Teoria Geral do Estado, Editora Cosmos, Lisboa, 2017, em co-autoria com o Prof. Dr. Rui Januário. (Doc. 23-A)

Finanças Públicas, Almedina, em co-autoria com o Prof. Dr. Belmiro Moita e Prof. Dr. Nuno Moita, Lisboa, 2018.

Guia Prático de Processo Penal de Angola, Editora Cosmos, 2018, em co-autoria com o Dr. Diamantino Pereira e Dr. Mário Felgueiras.

Breviário de Latim para Juristas, Cosmos Editora, 2018.

História do Direito Português e do Pensamento Jurídico, Rei dos Livros, em co-autoria com o Prof. Dr. Rui Januário, Lisboa, 2018.

Do Orçamento ao Balanced Scorecard, Almedina, em co-autoria com Nuno Moita da Costa e Ana Manaia, Coimbra, 2018.

JUSLABORAL 2019, Rei dos Livros, Lisboa, em co-autoria com o Prof. Dr. Luis Pereira.

Manual de Contabilidade para Juristas, Almedina, Coimbra, em co-autoria com Nuno Moita da Costa e Liliana Pimentel, 2019.

As Finanças Públicas e o seu Controlo, Almedina, Coimbra, em co-autoria com Nuno Moita da Costa e Liliana Pimentel, 2020.

Prefácios de obras publicadas:

- Rui Januário e Paulo Caetano, **Privatizações e Corrupção**, Editora Bnomics, Lisboa, 2016.

Aguardam publicação pela Editora:

- **O Papel do Socialismo Democrático no Estado Pós-Moderno**, Almedina, Lisboa, 2020.
- **As Instituições Superiores de Controlo e o seu futuro**, Almedina, 2020.
- **As Finanças Públicas Modernas**, Almedina, 2020.
- **Manual de Direito Parlamentar**, Almedina, 2020.
- **Breviário de Finanças Públicas e Direito Financeiro**, Almedina, 2020.
- **Breviário de Direito Constitucional Angolano**, 2020.

2.C) Artigos publicados em Revistas:

- **O Conceito Ocidental de Constituição – O caso do Direito Constitucional Penal e a medida das penas em Portugal e no Brasil**, in Miranda, Jorge (Coordenador), *Estudos de Direito Lusófono Comparado*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, págs. 141-164.
- **A Tipificação do Crime de Agressão na Conferência de Revisão em Kampala e sua aplicabilidade aos Estados Signatários do Estatuto de Roma, como medida necessária para a preservação dos Direitos Humanos**, em co-autoria com a Prof. Doutora Fernanda Ravazzano L. Baqueiro, in *Revista Jurídica da Universidade Católica de Salvador (Baia, Brasil)*, n.º 12, 2015. (Doc. 24)
- **Maquiavel: Da virtude ao Homem Político**, in *Resública - Revista de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da Universidade Lusófona*, 2014. (Doc. 25)
- **O Direito a Férias – Unificação ou diversidade**, in *Revista Pontos de Vista*, em março de 2012, Edição n.º 15. (Doc. 26)
- **O Controlo Parlamentar das Finanças Públicas em Portugal**, in *Estado, Administração e Cidadania – Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Celta Editora, Oeiras, 2004. (Doc. 27)

- **O frágil controlo parlamentar das Finanças Públicas**, in *Economia Pura – Tendências e Mercados*, Ano VII, n.º 66, outubro 2004. (Doc. 28)
- **Sistema de Controlo Interno e Externo da Administração Pública sobre o Emprego Público e Controlo de Efetivos**, in *“Reinvenção da função pública – Da Burocracia à Gestão”*, Instituto Nacional de Administração, 2002. (Doc. 29)
- **Implementação de um Sistema de um Controlo Interno - Guia Prático, em coautoria com diversos autores**, organizado pela NPF – Pesquisa e Formação, Lisboa, 2004. (Doc. 30)

2.D) Alguns artigos de opinião publicados na imprensa escrita:

- **Jornal Público de 9.01.2020** – “Contas públicas responsáveis”.
- **Jornal SOL de 30.07.2019** – “Em Rota promissora”.
- **Jornal SOL de 28.06.2019** – “Finanças portuguesas em destaque”.
- **Jornal Publico de 24.06.2019** – “Melhor, mas não chega”.
- **Jornal Expresso de 20.06.2019** – “Armas têm nova Lei”.
- **Jornal região de Leiria de 21.03.2019** – “Insuficiências em Santo André – Ourenses sem culpa!”.
- **Jornal SOL de 27.02.2019** – “Indicadores económicos e sociais. Factos são Factos”.
- **Jornal SOL de 3.02.2019** – “Contas públicas positivas”.
- **Jornal SOL de 30.01.2019** – “Começar e acabar”.
- **Jornal SOL de 7.01.2019** – “Segurança num País livre”.
- **Jornal Público de 5.01.2019** – “Há armas a mais no terreno. Esta é a preocupação de quem legisla” (Doc. 30-A)
- **Jornal Público de 18.07.2018** – “Quadro Financeiro da EU: alguém da ambição” (Doc. 30-B)
- **Jornal Expresso de 16.09.2016** – “Cautela com as previsões!...”, em coautoria com o Prof. Doutor Pedro Cerqueira da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. (Doc. 31)

- **Jornal Expresso de 4.06.2016** – “Socialismo Democrático: Que futuro?”, em coautoria com o Prof. João de Almeida Santos, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. (Doc. 32)
- **Jornal Público de 23.03.2016** – “Terrorismo não é religião”. (Doc. 33)
- **Jornal Estado de Minas (Brasil) de 29.01.2016** – “Lusofonia e Identidade” (Doc. 34)
- **Jornal Diário Económico de 27.06.2015** – “Simplificar & Democratizar”. (Doc. 35)
- **Jornal de Negócios de 21.05.2015** – “Duas faces da mesma moeda”. (Doc. 36)
- **Jornal Diário de Notícias de 12.05.2015** – “Reforçar a confiança”. (Doc. 37)
- **Jornal I de 24.02.2015** – “Pilar da cidadania”. (Doc. 38)
- **Jornal Público de 19.02.2015** – “Brincar às reformas”. (Doc. 39)
- **Revista CEO LUSÓFONO, n.º 51 JAN/FEV/MAR (2015)**, Revista Trimestral - “A mais-valia da Lusofonia”. (Doc. 40)

2.E) Trabalhos Académicos diversos não publicados:

- O controlo externo da Administração Pública pela Assembleia da República. (Doc. 41)
- Subsídio para o estudo da função de controlo da Comissão Europeia. (Doc. 42)
- O Leader II: seu enquadramento e avaliação (Doc. 43)
- O Princípio da Maioria na Teoria Constitucional – **Tesina de Doutoramento**. (Doc. 44)
- Análise comparativa do perfil orgânico de três organismos de controlo estratégico da Administração Pública. (Doc. 45)
- A motivação para a mudança na Administração Pública. (Doc. 46)
- Análise diacrónica de um departamento governamental - O trabalho (emprego), a formação profissional, a solidariedade e a segurança social no XIII Governo Constitucional. (Doc. 47)
- O E-government: estratégia ou processo? (Doc. 48)

- O Papel dos Parlamentos Nacionais na Política Regional, Hoje! (Doc. 49)
- A Função de Controlo do Parlamento Europeu. (Doc. 50)
- O Défice democrático na União Europeia. (Doc. 51)
- O Conceito de Políticas Públicas: Algumas reflexões. (Doc. 52)
- Auditoria da despesa pública no Reino Unido. Uma tradução livre e empírica de Jim Hibberd. (Doc. 53)
- Reflexão sobre a teorização jurídica das políticas das políticas públicas. (Doc. 54)
- A Reforma da Administração Pública e a Tróica. (Doc. 55)
- Que Reforma da Administração Pública Portuguesa. (Doc. 56)
- A Reforma da Administração Pública. Nota de reflexão. (Doc. 57)
- 7 Ideias sobre a Justiça Portuguesa. (Doc. 58)

3. ATIVIDADE PROFISSIONAL (Principais atividades)

Atuais funções:

Deputado à Assembleia da República de Portugal, desde 12 de março de 2005 (X Legislatura). Reeleito Deputado à Assembleia da República em 27 de setembro de 2009, tendo terminado o mandato a 20 de junho de 2011 (XI Legislatura), posteriormente tomou de novo posse como Deputado à Assembleia da República no dia 27 de maio de 2013, tendo o mandato terminado dia 4 de outubro de 2015 (XII Legislatura). **Foi reeleito Deputado à Assembleia da República no dia 4 de outubro de 2015 para a XIII Legislatura e foi reeleito de novo Deputado à Assembleia da República a 6 de outubro de 2019 para a XIV Legislatura (2019-2023).**

3.A) Enquanto Deputado, pertenceu às seguintes Comissões Parlamentares (Doc. 59):

X Legislatura

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento e Finanças

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública

Comissão de Inquérito Parlamentar ao Exercício da Supervisão dos Sistemas Bancário, Segurador e de Mercado de Capitais

Grupo de Trabalho - Lei da Organização e Funcionamento do Tribunal de Contas [Coordenador]

Grupo de Trabalho – para criação da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) [Coordenador] (Doc. 60)

Grupo de Trabalho - Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares

XI Legislatura

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Comissão Eventual para a Análise das Questões do Recenseamento Eleitoral

Grupo de Trabalho - Alteração da Lei das Armas - Exercício da Atividade Venatória (PPL 36-GOV e PJP 412-PP) [Coordenador]

XII Legislatura

Comissão Eventual para a Revisão Constitucional

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local -
Coordenador

Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das
Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de
Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo
[Coordenador GP]

**Eleito Vice-Presidente da Direção do Grupo Parlamentar do Partido
Socialista**, em 27 de setembro de 2013.

XIII Legislatura

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e
Garantias

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Agricultura e Mar

Comissão de Trabalho e Segurança Social

Subcomissão de Ética

Grupo de Trabalho - Audição de Peticionantes

Grupo de Trabalho - Alteração da Lei das Armas - Exercício da
Atividade Venatória (PPL 142/XIII [Coordenador])

XIV Legislatura

Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local – **Coordenador**

Comissão de Orçamento e Finanças

Comissão de Defesa

3.B) Funções na Administração Pública:

Reeleito membro do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, a 25 de fevereiro de 2014, por maioria de dois terços dos Deputados em efetividade de funções – mandato de 4 anos, nos termos da **Resolução da Assembleia da República n.º 49/2014, de 6 de junho, ao abrigo da Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto**. (Doc. 61)

Eleito Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, a 10 de dezembro de 2010, por maioria de dois terços dos Deputados em efetividade de funções – para um mandato de 4 anos, nos termos da **Resolução da Assembleia da República n.º 4/2010, de 6 de janeiro, ao abrigo da Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto** (Doc. 62)

Nomeado Diretor do Gabinete de Auditoria, da Empresa Estradas de Portugal, SA., a 1 de fevereiro de 2013. (Doc. 63)

Auditor e Consultor no Gabinete de Auditoria Geral, da Empresa Estradas de Portugal, SA., de 20 de junho de 2011 a 31 de janeiro de 2013, realizando diversas Auditorias e processos de Inquérito. (Doc. 63)

Anteriormente;

Eleito membro suplente do Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) - Resolução da Assembleia da República n.º 34/2005, de 23 de maio. (Doc. 64)

Nomeado Responsável da Área de Auditoria Administrativa e Financeira do Gabinete de Auditoria do IEP, cargo equiparado a **Chefe de Divisão – Deliberação CA nº. 52/2003, de 2 de junho**, onde liderou durante três anos cerca de 20 auditores, fazendo a planificação,

execução e controlo de toda a atividade de controlo interno e acompanhando as ações inspetivas e de auditoria dos órgãos de controlo externo, como a IGF, IGOP e pelo Tribunal de Contas. (Doc. 65)

Tomou posse e integrou o quadro de pessoal do ICERR, como **Técnico Superior Auditor/Consultor** no Gabinete de Auditoria a 2 de maio de 2002 e transitou para o IEP, **hoje Infraestruturas de Portugal, SA.**, exercendo todas as funções inerentes à prática de auditoria interna, realizando auditorias, inspeções, averiguações, elaborando relatórios de inquérito e dando parecer sobre todas as matérias inerentes à definição do sistema de controlo interno e definição de procedimentos nas mais diversas áreas de especialização e intervenção rodoviária, bem como apoio generalizado a todas as unidades orgânicas desta instituição. (Doc. 66)

Nomeado Subinspetor-Geral da Inspeção-Geral da Administração Pública – Despacho Conjunto nº 1056/2001, publicado no D.R. II Série, nº 282, 20228, de 6 de dezembro. (Doc. 67)

Nomeado Vogal da Comissão Instaladora da Inspeção-geral da Administração Pública, cargo equiparado a Subinspetor-Geral – Despacho Conjunto nº 169/99, publicado no D.R. II Série, nº 44, 2595, de 22 de fevereiro. (Doc. 68)

Nomeado Assessor do Secretário de Estado do Orçamento – em abril de 1998 e exercendo funções até fevereiro de 1999 (Despacho nº 5703/98, publicado no D.R. II Série, nº 81, de 6 de abril e Despacho nº 4357/99, publicado no D.R. II Série, nº 51, de 2 de março). (Doc. 69)

Nomeado Assessor do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, em fevereiro de 1998 e exercendo funções até abril de 1998 (Despacho nº 4067/98, publicado no D.R. II Série, nº 58, de 10 de março e Despacho nº 6410/98, publicado no D.R. II Série, nº 92, de 20 de abril). (Doc. 70)

Técnico Superior contratado em regime de contrato de avença pelo Secretariado Nacional de Reabilitação de Pessoas com Deficiência (1997), para acompanhamento e preparação do lançamento do Programa RENACCE.

Técnico Superior contratado pela Direcção-Geral de Viação (1996/1997) em regime de contrato de avença, para prestar serviço de natureza jurídica.

Trabalho forense junto de diversos advogados e docentes universitários e estágio de advocacia completo, entre os quais o Prof. Doutor Guilherme D'Oliveira Martins; Prof. Doutor Afonso D'Oliveira Martins; Prof. Dr. António Vasconcelos Porto e Dr. Réne D'Assunção.

3.C) Funções e carreira Académica no Ensino Superior:

Professor do Curso de Pós-Graduação em Finanças Publicas para os Auditores do Tribunal de Contas de Angola – Organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o ISCTE e o Tribunal de Contas de Portugal (2016). (Doc. 71)

Professor do Curso de Pós-Graduação em Finanças Publicas para os Técnicos Superiores dos PALOP'S – Organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o ISCTE e o Tribunal de Contas de Portugal (2017). (Doc. 71-A)

Professor Associado Convidado do IU-ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, onde leciona no Mestrado em Administração Pública (2015/2016/2017), a disciplina **O Controlo da Administração Financeira do Estado**. (Doc. 72)

Professor Associado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (2016), onde ministra as seguintes disciplinas (Doc. 73):

- **Licenciatura em Direito:** Finanças Públicas e Introdução ao Direito Comunitário I e II;
- **Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais:** Introdução ao Direito, Teoria da Constituição e Direito Constitucional, Direito Internacional e Direito Administrativo;
- **Licenciatura em Estudos Europeus:** Introdução ao Direito e Direito Europeu;
- **Licenciatura em Estudos de Segurança:** Introdução ao Direito.

Nomeado Diretor do Mestrado em Gestão e Administração Pública do Instituto Superior de Gestão (ISG), em 1 de setembro de 2012, tendo cessado funções em 31 de agosto de 2014, sendo também responsável pela disciplina de Contratação Pública. (Doc. 74)

Nomeado Diretor dos cursos do FORGEP e CAGEP do Instituto Superior de Gestão (ISG), em 1 de setembro de 2012, tendo cessado funções em 31 de agosto de 2014, onde organizou, dirigiu e executou o curso de **FORGEP dos Dirigentes do Instituto Financeiro da Agricultura e Pescas (IFAP)**. (Doc. 74)

Professor Adjunto Convidado do Instituto Politécnico de Leiria (2013/2015) – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (ESTG), onde ministrou a cadeira de **Contratação Pública** no **Mestrado em Gestão e Administração Pública**. (Doc. 75)

Responsável pelo Programa Tempus IV da União Europeia – *Curriculum Development and Building in the field of EU Studies* – *CURDEUS* – para a reforma curricular e instalação de dois ciclos de Estudos Europeus e Relações Internacionais em duas Universidades

do Azerbaijão, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2012-2015. (Doc. 76)

Nomeado Diretor do 1º Ciclo de Estudos Europeus e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Lisboa, em 13 de janeiro de 2013 até 30 de outubro de 2016. (Doc. 77)

Contratado como Professor Auxiliar Convidado pela Universidade Lusófona, em 22 de fevereiro de 2008, responsável pelas seguintes disciplinas nos anos de 2008 a 20015 (Doc. 78):

- **Licenciatura em Direito:** Finanças Públicas e Direito Comunitário I e II;
- **Licenciatura em Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria:** Fiscalidade;
- **Licenciatura em Estudos Europeus e Relações Internacionais:** Direito Europeu Comparado I e II, Sistemas Constitucionais Comparados I e II, Direito Comunitário I e II e Orçamento e Fiscalidade da União Europeia;
- **Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais:** Introdução ao Direito, Direito Administrativo, Direito Internacional, Teoria da Constituição e Direito Constitucional;
- **Licenciatura em Estudos de Segurança:** Introdução ao Direito e Normas de Segurança Nacional e Internacional.

Contratado como Professor Adjunto pelo Instituto Superior de Ciências da Administração (ISCAD), da Universidade Lusófona, em 2 de maio de 2006, responsável pelas disciplinas de Introdução ao Estudo do Direito e de Direito Administrativo, função que desempenhou até março de 2012. (Doc. 79)

Nomeado Coordenador do Curso de Solicitadoria, do Instituto Superior de Ciências da Administração (ISCAD), da Universidade

Lusófona, em 2 de maio de 2006, cargo que desempenhou até 31 de dezembro de 2010. (Doc. 79)

Contratado como Professor Auxiliar Convidado pela Universidade Lusófona, em 1 de maio de 2006, responsável pelas disciplinas de Direito Constitucional Comparado I e II e Direito Europeu Comparado I e II, do Curso de Licenciatura em Estudos Europeus e Relações Internacionais, bem como Direito Fiscal e Fiscalidade aos Cursos de Licenciatura em Economia e Gestão. (Doc. 79)

Nomeado Subdiretor do Instituto Superior de Ciências da Administração (ISCAD), da Universidade Lusófona, em 1 de julho de 2006. (Doc. 79)

Nomeado Diretor do Instituto Superior de Ciências da Administração (ISCAD), da Universidade Lusófona, em 17 de janeiro de 2007, cargo que desempenhou até 31 de dezembro de 2011. (Doc. 79)

Professor Equiparado a Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Leiria (2003/2007) – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (ESTG), onde ministrou as cadeiras na Licenciatura em Gestão e Administração Pública, de: **Direito das Despesas Públicas** (2003/2007); **Direito Económico** (2005/2007),. (Doc. 75)

Assistente Convidado do Departamento de Direito da Universidade Internacional, nos anos de 1995 a 1998, assegurando as aulas práticas das cadeiras de: Economia Política I e II; Finanças e Direito Financeiro; e Direito da Economia, todas sob a regência do **Prof. Doutor António Luciano de Sousa Franco** e orientação dos então **Mestres Guilherme D'Oliveira Martins** e António Vasconcelos Porto. (Doc. 80)

Assistente Convidado do Departamento de Ciência Política da Universidade Internacional, nos anos de 1995 a 1998, assegurando

as aulas práticas das cadeiras de: Economia Pública, **sob a regência do Prof. Doutor Adriano Moreira.** (Doc. 81)

3.D) Outros cargos ou funções relevantes:

Formador e consultor, desde 2012, de diversas Instituições Angolanas para as áreas jurídicas, de onde se destacam a **Procuradoria-Geral da República**, o **Supremo Tribunal Militar**, o **Tribunal de Contas**, o Ministério da Justiça e do Ministério da Construção, nomeadamente através das seguintes ações de formação (Doc. 82):

Direito Laboral – 60h – 4.11.2013 a 22.11.2013

Direito da Família – 60h – 4.11.2013 a 22.11.2013

Curso para Oficiais de Justiça – 60h – 3.11.2014 a 21.11.2014

Curso avançado em Investigação Criminal – 252h - 12.10.2015 a 20.11.2015

Direito Penal e Direito Processual Penal – 75h – 17.04.2014 a 2.06.2014

Direito Processual Penal e Recursos – 60h – 12.05.2015 a 23.05.2015

Diretor Científico das Edições COSMOS 2011-2021. (Doc. 83)

Investigador e Tesoureiro do CICPRIS – Centro de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais e Segurança, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, desde 2015. (Doc. 84)

Membro do Conselho Redatorial da Revista ResPública, desde 2015. (Doc. 84)

3.D1) Conferências Internacionais e outras em que participou como orador:

- Orador no V Fórum de Jovens Empresários da China e dos Países de Língua Portuguesa na PLPEX, em Macau, 17-20 de outubro de 2019, onde proferiu a conferência “*Macau – Centro de Arbitragem entre a lusofonia e a China. Uma oportunidade!*”.
- **Orador no 3.º Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre juízes**, onde apresentou o texto “*Constituição Financeira e desafios transnacionais de proteção dos direitos humanos*”, de 17 a 19 de junho de 2019 em Coimbra. (Doc. 85-A)
- **Orador no II Congresso Internacional da União Iberoamericana de Juízes – UIJ, Estado de Direito e cooperação judiciária internacional em matéria penal**, em 15 e 16 de junho de 2019, na Assembleia da República. (Doc. 85-A1)
- **Orador na Conferência “Estado de Direito e Segurança”**, na Assembleia da República onde proferiu a conferência A Segurança no Estado de Direito, a 23 de abril de 2019. (Doc. 85-A2)
- **Orador no 1.º Encontro do INP sob Empreendedorismo, Criatividade e Inovação – Contexto político**, dia 27 de fevereiro de 2019. (Doc. 85-B)
- **Orador nas IV Jornadas de Fiscalidade e Contabilidade, Instituto Politécnico de Tomar**, sob o tema *A importância do SNC-AP para conhecimento da situação financeira dos diferentes sectores das Administrações Públicas*, dias 26 e 27 de fevereiro de 2019. (Doc. 85-C)

- **Orador no I Congresso Internacional de la Unión Iberoamericana de Jueces – UIJ, *Constitucionalismo Ibero-Americano no marco dos 30 anos da Constituição do Brasil: Leituras de Direito Comparado***, sob o tema “O conceito ocidental de Constituição - O caso do Direito Constitucional Penal e a medida das penas em Portugal e no Brasil”, em 14 e 15 de dezembro de 2018, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. (Doc. 85-D)
- **Orador na I Convenção Anual de Administração Pública**, IP de Leiria, 24 de novembro de 2016, sob o Tema “*Reforma da Administração Pública do Estado: Algumas Considerações*”.
- **LV Conferência dos Órgãos Parlamentares Especializados em Assuntos Europeus**, que decorreu em Haia, de 12 a 14 de junho de 2016, onde realizou uma intervenção no Painel sobre “O Tribunal de Contas Europeu” (Doc. 86);
- **Orador na Conferencia Internacional “Civil Engineering Opportunities, Foreign Policy and Economic Reforms in Serbia”**, sobre o tema “*Sérvia, sua importância estratégica na Europa e no Mundo*”, que decorreu no dia 10 de maio de 2016 na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Doc. 87).
- **Conferência Internacional na Universidade Complutense** no âmbito do Doutoramento em Direito Parlamentar, intitulada “*Que Europa? Que caminho para o Federalismo?*” - 7 de outubro de 2015;
- **Conferência Internacional na Universidade Católica de Salvador, Baía**, intitulada “*Os Direitos Humanos e o radicalismo religioso: mudança de paradigma*” - 27 de agosto de 2015;

- **Conferência Internacional na Universidade Católica de Minas Gerais**, intitulada ***“Os Direitos Humanos e o radicalismo religioso: mudança de paradigma”*** - 26 de agosto de 2015;
- Conferência no Partido Trabalhista de Minas Gerais, intitulada ***“O papel dos Partidos Socialistas Democráticos na sociedade contemporânea”*** - 26 de agosto de 2015;
- **Conferência Internacional na Casa do Legislativo**, Assembleia Legislativa de Minas Gerais intitulada ***“O Controle Externo das Finanças Públicas em Portugal”*** - 25 de agosto de 2015;
- **Conferência Internacional na Procuradoria-Geral da República de Angola**, intitulada ***“Os Direitos Humanos em construção: em Angola e no mundo”*** - 17 de novembro de 2014;
- **Orador e participante** no Meeting Room VI (R3), do International Labour Office (OIT), que decorreu dia 2 e 3 de Outubro de 2014 em Geneva (Génebra), em parceria com a APSHSTDC, sobre o tema a **Segurança e Higiene no Trabalho** (Doc. 88).
- Ciclo de Conferências sobre ***“A Lusofonia e o seu poder económico internacional”*** e ***“O Direito Internacional a CPLP e o Investimento Irmanado”***, em diversas Universidades Brasileiras, de onde se destaca a Universidade Promove de Brasília e de Belo Horizonte e ICESP de Montes Claros – BH, Minas Gerais - 19 a 27 de agosto de 2014 (Doc. 89);
- **Conferência na Slavia University e na Khazar University em Baku**, Azerbaijão, sob o título ***“Workshop on the “Curriculum Development and Capacity Building in the Field of EU Studies” Project*** - 5 de outubro de 2013;

- **Orador no Colóquio Internacional** sobre *“A moderna gestão financeira pública: Uma resposta à crise económica?”*, organizado pelo Tribunal de Contas, na comemoração do seu 160.º Aniversário, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, Sala 1, a 19 de junho de 2009 (Doc. 90);
- **XLIII Conferência dos Órgãos Parlamentares Especializados em Assuntos Europeus**, que decorreu em Madrid, de 1 a 3 de junho de 2010, onde realizou uma intervenção sobre *“O Controlo Parlamentar e as mudanças a induzir pelas boas práticas”*;
- **I Conferência Ibérica de Direito Parlamentar**, que decorreu entre 2 e 3 de abril de 2009, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, onde proferiu uma Conferência sobre *“A função legislativa dos Parlamentos Nacionais e o Direito Parlamentar Europeu”*. (Doc. 91)
- **Intervenção no Debate Interparlamentar** sobre a *“Zona Euro - convergência ou divergência?”*, realizada em Bruxelas entre 28 de fevereiro e 1 de março de 2007, no Parlamento Europeu.
- Intervenção como orador na **Conferência Internacional sobre ACE's - “Créditos à Exportação e Transparência”**, que teve lugar na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), em Lisboa no dia 17 de novembro de 2005 (Doc. 92).
- **Orador no III Colóquio Internacional - Interesse Público, Funções do Estado e Reforma da Administração**, organizado pelo ISCTE-IU, dias 21 e 22 de abril de 2005, onde proferiu uma Conferência intitulada *“O Controlo Parlamentar das Finanças Públicas em Portugal”* (Doc. 93).

4.A) Enquanto Deputado nas X, XI, XII e XIII Legislaturas destacam-se em matéria Orçamental, Financeira e de Administração Pública as seguintes atividades (Doc. 59):

X Legislatura

Projetos de Revisão Constitucional

1/X Projeto de Revisão Constitucional n.º 1/X, apresentado pelo PS.

Nomeações como Relator:

Projetos de Lei

25/X Altera o regime jurídico dos inquéritos parlamentares. **(Relator)**

32/X Altera o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro. **(Relator)**

78/X Estabelece normas sobre cessação da relação pública de emprego de cargos dirigentes. **(Relator)**

278/X Altera a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, aplicando todos os mecanismos de fiscalização prévia aí previstos às Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais. **(Relator)**

553/X Cria mecanismos de conciliação em Processo Tributário. **(Relator)**

676/X Alteração do Artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, Lei Geral Tributária **(Relator)**

Propostas de Lei

73/X Quarta alteração à Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto. (Relator)

6/X Estabelece regras para as nomeações dos altos cargos da Administração Pública. (Relator)

51/X Fixa os termos de aplicação do atual sistema integrado de avaliação de desempenho da Administração Pública, criado pela Lei n.º 10/2004, de 22 de Março e determina a sua revisão no decurso de 2006. (Relator)

122/X Primeira alteração à Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, que aprova o Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores. (Relator)

145/X Altera o Decreto-Lei n.º 84/99, de 19 de março, relativo à liberdade sindical dos trabalhadores da Administração Pública. (Relator)

Comissão de Orçamento e Finanças

Audições, entre outras:

2009-07-15

Apresentação do Relatório Anual do Banco de Portugal - Dr. Vitor Constâncio - Governador do Banco de Portugal

2009-06-17

Relatórios de Auditoria à Inspeção-Geral de Educação e à Universidade de Coimbra, pedidos pela COF/AR (n.º 4 do art. 62.º da LEO) - Presidente do Tribunal de Contas - Dr. Guilherme de Oliveira Martins

2009-03-18

Conta Geral do Estado 2007

2009-01-21

Atualização do Programa de Estabilidade e Crescimento (janeiro de 2009)
e iniciativas legislativas de âmbito orçamental

2008-11-19

Apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 226/X - Orçamento do Estado para 2009

2008-05-28

Grandes Opções do Plano para 2009 e Relatório de Orientação da Política Orçamental

2008-01-16

Relatório de Inspeção aos Serviços de Finanças - Provedoria de Justiça

2007-11-28

Apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu referente ao exercício do ano de 2006 - Dr. Vitor Caldeira - Juiz Presidente do Tribunal de Contas Europeu

Intervenções:

[DAR I série 27 X/1 2005-06-03 páq 1106 - 1110] 2005-06-16

Altera o Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/94, de 26 de dezembro, e legislação complementar procedendo ao aumento da taxa normal deste imposto.

[DAR I série 33 X/1 2005-06-24 páq 1385] 2005-06-23

Estabelece regras para as nomeações dos altos cargos da Administração Pública; Altera o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro; Estabelece normas sobre cessação da relação pública de emprego de cargos dirigentes.

[DAR I série 33 X/1 2005-06-24 pág 1378 - 1383,1386 - 1387] 2005-07-28

Determina a não contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras e o congelamento do montante de todos os suplementos remuneratórios de todos os funcionários, agentes e demais servidores do Estado até 31 de dezembro de 2006.

[DAR I série 42 X/1 2005-07-29 pág 1865 - 1866,1868] 2005-11-10

Intervenção - **Orçamento do Estado para 2006**

[DAR I série 62 X/1 2005-11-30 pág 2872,2874] 2006-02-23

Fixa os termos de aplicação do atual sistema integrado de avaliação de desempenho da Administração Pública, criado pela Lei n.º 10/2004, de 22 de março, e determina a sua revisão no decurso de 2006

[DAR I série 94 X/1 2006-02-24 pág 4413 - 4417] 2006-03-01

Intervenção - **Relatório sobre o Combate à Fraude e à Evasão Fiscais**

[DAR I série 113 X/1 2006-04-20 pág 5201 - 5202] 2006-06-23

Quarta alteração à Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto; Altera a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, aplicando todos os mecanismos de fiscalização prévia aí previstos às Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais.

[DAR I série 139 X/1 2006-06-24 pág 6353] 2006-06-23

Quarta alteração à Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto; Altera a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, aplicando todos os mecanismos de fiscalização prévia aí previstos às Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais.

[DAR I série 139 X/1 2006-06-24 pág 6349 - 6352] 2006-07-20 Intervenção

Quarta alteração à Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

[DAR I série 147 X/1 2006-07-21 pág 6832] 2006-10-06

Altera o Código de Procedimento e de Processo Tributário para instrução de reclamação graciosa; Derrogação do sigilo bancário para efeitos do combate à fraude e à evasão fiscal

[DAR I série 2 X/3 2007-09-21 pág 32] 2007-09-20

Intervenção Conta Geral do Estado 2003, 2004 e 2005

[DAR I série 9 X/3 2007-10-12 pág 41 - 42] 2007-10-17 Intervenção

Institui o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública

[DAR I série 10 X/3 2007-10-18 pág 30 - 32] 2007-11-07

Orçamento do Estado para 2008

[DAR I série 15 X/3 2007-11-09 pág 34] 2007-11-28 Intervenção

Altera a Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, que torna extensivo o regime de mobilidade especial aos trabalhadores com contrato individual de trabalho, cria a proteção no desemprego de trabalhadores da Administração Pública e adota medidas de ajustamento em matéria de aposentação dos subscritores da Caixa Geral de Aposentações; Reconhece o direito ao subsídio de desemprego ao pessoal ao serviço da Administração Pública ainda não abrangido por proteção nesta eventualidade.

[DAR I série 59 X/3 2008-03-14 pág 32 - 34] 2008-06-06 Intervenção

Aprova o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas.

[DAR I série 93 X/3 2008-06-07 pág 14 - 17] 2008-06-25 Intervenção

Primeira alteração à Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, que aprova o enquadramento do orçamento da Região Autónoma dos Açores.

[DAR I série 98 X/3 2008-06-26 pág 39] 2008-06-27 Intervenção
Aprova o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Reuniões Internacionais em que participou:

- **Intervenção no Debate interparlamentar sobre: "Zona Euro - convergência ou divergência?"**, Realizada em Bruxelas De 2007-02-28 a 2007-03-01

XI Legislatura

Projetos de Lei:

204/XI Cria os Gabinetes Jurídicos e reforça mecanismos de acesso ao Direito nas Zonas Internacionais. **(Relator)**

Propostas de Lei:

8/XI **Grandes Opções do Plano - Principais Linhas de Ação para 2010-2013.** **(Relator)**

9/XI **Orçamento do Estado para 2010.** **(Relator)**

42/XI **Orçamento do Estado para 2011** **(Relator)**

Iniciativas Europeias, entre outras:

COM(2010)250 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Conselho, o Banco Central Europeu, o Comité Económico e Social e ao Comité das regiões: **Reforçar a coordenação das políticas económicas.**

COM(2010)367 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: **Reforçar a coordenação das políticas económicas** com vista à estabilidade, crescimento e emprego - instrumentos para uma melhor governação económica da UE **(Relatório em 15-12-2010)**

COM(2010)433 - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera as Diretivas 98/78/CE, 2002/87/CE e 2006/48/CE **no que se refere à supervisão complementar das entidades financeiras** de um conglomerado financeiro **(Relatório em 20-10 2010)**

COM(2010)522 - Proposta de Regulamento (UE) do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1467/97 do Conselho relativo à aceleração e clarificação da **aplicação do procedimento relativo aos défices excessivos** **(Relatório em 07-12-2010)**

COM(2010)640 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO INSTRUMENTO DE ASSISTÊNCIA DE PRÉ-ADESÃO (IPA) - **QUADRO FINANCEIRO INDICATIVO PLURIANUAL REVISTO PARA O PERÍODO 2011-2013** **(Relatório em 11-01-2011)**

COM(2010)774 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO **relativo ao Sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia** (Texto relevante para efeitos do EEE) **(Relatório em 14-02-2011)**

XII Legislatura

Inquéritos Parlamentares

8/XII - Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apuramento das responsabilidades pelas decisões que conduziram ao

processo de subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

Projetos de Lei:

531/XII - Altera a Lei Geral Tributária para que o Estado não inviabilize sistematicamente os Planos Especiais de Recuperação de Empresas.

748/XII - Regime Comum de Mobilidade entre Serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública.

259/XII - Proceda à nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto

Iniciativas Europeias:

COM(2013)207 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho no **que se refere à divulgação de informações não financeiras** e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes sociedades e grupos (**Relatório em 18-06 2013**)

COM(2013)348 - Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2011/16/UE no **que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade** (**Relatório em 12-11-2013**)

Contas Públicas

CGE - 2013 - Conta Geral do Estado de 2013 (em 07-01-2015)

Comissões a que pertence e atividades em que participou

Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo - (CGP)

Audições:

2014-12-17 - Apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 259/XII
- Tribunal de Contas

2014-11-13 - Apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 254/XII
- Aprova o Orçamento do Estado.
para 2015

Conferências:

2014-12-16 - A Dívida Pública - Sala do Senado

2014-02-26 - A União Bancária e o Financiamento da Economia
Portuguesa - Sala do Senado

Intervenções:

2013-12-12 – Intervenção - **Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções**
Públicas. [DAR I série 28 XII/3 2013-12-13 pág. 12 - 13]

2014-01-09 – Intervenção - Revoga a Mobilidade Especial e o regime
jurídico da Requalificação de Trabalhadores em Funções Públicas. [DAR I
série 34 XII/3 2014-01-10 pág. 29 - 30]

2014-11-26 - Intervenção - **Procede à nona alteração à Lei de Organização**
e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de
agosto. [DAR I série 24 XII/4 2014-11-27 pág 51]

2015-05-15 - Intervenção Estabelece o regime jurídico da organização dos
serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal
dirigente [DAR I série 87 XII/4 2015-05-16 pág 31 - 32]

XIII Legislatura

Nomeações como Relator – Petições:

13/XIII/1 Solicita a alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (artigo 2.º), no sentido de ser excluído do seu âmbito de aplicação o pessoal com funções policiais da Polícia Judiciária

99/XIII/1 Solicita a exclusão dos elementos da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do âmbito da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LGTFP).

Iniciativas Europeias

COM(2015)610 - ANEXO à COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES **Programa de trabalho da Comissão para 2016 (Relatório em 26-01-2016)**

COM(2015)646 - Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/112/CE **relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado** no que se refere à duração da obrigação de respeitar uma taxa normal mínima **(Relatório em 28-01-2016)**

COM(2016)25 - Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade **(Relatório em 29-03-2016)**

COM(2016)26 - Proposition de DIRECTIVE DU CONSEIL établissant des règles pour lutter contre les pratiques d'évasion fiscale qui ont une incidence directe sur le fonctionnement du marché intérieur **(Relatório em 29-03-2016)**

Contas Públicas:

CGE - 2014 Conta Geral do Estado de 2014 (em 06-01-2016)

Audições:

2016-03-02 - Audição no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª - "**Aprova o Orçamento do Estado para 2016**"

2016-02-10 - **Audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP)** para apresentação dos Pareceres sobre o funcionamento, referente ao ano de 2014 e ao primeiro semestre de 2015

2015-12-16 - **Audição da Senhora Procuradora-Geral da República Dra. Joana Marques Vidal** - Procuradora-Geral da República outras

Deslocações:

2016-05-03 - Cerimónia Militar do 105.º Aniversário da Guarda Nacional Republicana - Escola da Guarda em Queluz

Comissão de Assuntos Europeus

Audições:

2016-06-29 **Audição no âmbito do processo de designação do Juiz do Tribunal de Contas Europeu**, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 7.º-A, da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, Lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República, no âmbito do processo de Construção da União Europeia, conjunta com a Comissão de Orçamento, finanças e Modernização Administrativa - **Dr. João Figueiredo**

2016-03-01 Apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu referente ao exercício de 2014 e Relatório Especial n.º 18/2015 sobre "**A Assistência financeira prestada a países em dificuldades**" -

Tribunal de Contas Europeu – Juiz Presidente do Tribunal de Contas Europeu – Dr. Vitor Caldeira.

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Audições:

2016-07-22 - Audição no âmbito do Plano de Atividades - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

2016-07-22 - Audição no âmbito do Plano de Atividades - Banco de Portugal

2016-03-02 - Apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª - "Aprova o Orçamento do Estado para 2016"

Reuniões Internacionais em que participou:

2016.06.15 LV COSAC – Documentos juntos

2017.5.28 LVII COSAC – Documentos juntos

Visita a RIADE – Grupo Parlamentar de Amizade Portugal- Arábia Saudita

Visita a QINTGTIAN – Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-China

2019.06.23 LXI COSAC – Documentos juntos

4.B) JURI DE PROVAS ACADÉMICAS PÚBLICAS E DE CONCURSOS PÚBLICOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Participação em Júri das Provas de Mestrado em Políticas Públicas e do Mestrado em Administração Pública do ISCTE/IUL – Instituto Universitário de Lisboa, de (Doc. 95):

- ❖ Maria Rosa Morais Pliças, (2019), **Para que serve a Conta Geral do Estado. Subsídio para o estudo das ênfases e das recomendações do tribunal de Contas.**
- ❖ Oana Violeta Cucu, (2018), **“O Modelo Centralizado do Ministério das finanças: A Entidade Contabilística de Gestão Administrativa e Financeira”.** (Arguente)
- ❖ Erika da Moeda Lopes, (2017), **“O Controlo da Administração Financeira do Estado”.**
- ❖ Inácia Daeparim Mango Fernandes Sá, (2017), **“Os Mecanismos de responsabilidade na Administração Pública na perspetiva da boa governação”.** (Arguente)
- ❖ Sara Cristina dos Santos Ferreira (2014): ***O Controlo Parlamentar das Políticas Públicas.***
- ❖ Pedro André Pimpão Paquim da Fonseca Ribeiro (2013): ***Regulação e Justiça na gestão das reclamações por entidades reguladoras.***
- ❖ Zaida Cristina Vieira de Sousa (2011): ***O que é divulgado da avaliação da Conta Geral do Estado junto do cidadão?.*** (Arguente)
- ❖ Maria Cristina Neves Correia (2009): ***A Base de Dados de Iniciativas Europeias – Um Instrumento de Participação da Assembleia da República no Processo De Construção Europeia.***

Participação em Júri das provas de Mestrado em Gestão Pública no Instituto Superior de Gestão (ISG) (Doc. 96):

- ❖ Deodoro Pedro (2016): ***A complementaridade das Obrigações Municipais como Recurso ao Financiamento Local.*** (Orientador)

Participação em Júri de Doutoramento em Ciência Política da Universidade Lusófona (ULHT) (Doc. 97):

- ❖ Miguel Coelho (2013): ***O recrutamento dos dirigentes nos partidos políticos: o caso do PSD e PS. (Arguente)***

Participação em Júri de Doutoramento em Direito da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) (Doc. 97-A):

- ❖ Hamilton de Carvalho (15.3.2018), ***O Processo Democrático em Moçambique. (Arguente)***

➤ **Orientador das seguintes Dissertações de Mestrado:**

- Maria Cristina Neves Correia, IU-ISCTE, “A Base de Dados de Iniciativas Europeias – Um Instrumento de Participação da Assembleia da República no Processo De Construção Europeia”.
- Sara Ferreira, IU-ISCTE, Mestrado em Políticas Públicas, “O Controlo Parlamentar das Políticas Públicas”, 2014.
- Deodoro Pedro, ISG, Mestrado em Gestão Pública, “A complementaridade das Obrigações Municipais como Recurso ao Financiamento Local”, 2016.
- Erika da Moeda Lopes, IU-ISCTE, “O Controlo da Administração Financeira do Estado”, 2017.
- Maria Rosa Morais Pliças, (2019), “Para que serve a Conta Geral do Estado. Subsídio para o estudo das ênfases e das recomendações do tribunal de Contas”.
- Carolina Lemos, ...
- Lina Prates, Proposta de Conteúdo....
- Adilson Trindade da Graça, “O Controlo Parlamentar das Finanças Públicas em São Tomé e Príncipe (1990-2018)”.
- Carolina Menino, ...

4.C) JÚRI DE CONCURSOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- **Presidente de júri do concurso interno geral de acesso** para o preenchimento de um lugar na categoria de assessor, da carreira técnica superior (área jurídica), do quadro de pessoal da **Direcção-Geral do Orçamento**, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, II Série, nº 255, de 02 de novembro de 1999, Aviso n.º 15858/99, (Doc. 98).
- **Concursos destinados ao recrutamento de pessoal em regime de Contrato Administrativo de Provimento para a IGAP:**
 - **Presidente do júri** do processo de seleção sumário para a área de Direito, de 3 lugares de técnico superior de 2ª classe, cujo anúncio foi publicado no *Diário de Notícias* (D.N.), de 01/06/99, através da celebração de contrato administrativo de Provimento nos termos dos art.º 7º, 8º e 9º do Decreto-Lei nº 215/97, de 18 de agosto e Decreto-Lei nº 220/98, de 17 de julho;
 - **Vogal do júri** do processo de seleção sumário para a área de Gestão, de 1 lugar de técnico superior de 2ª classe, cujo anúncio foi publicado no *Diário de Notícias* (D.N.), de 01/06/99, através da celebração de contrato administrativo de Provimento nos termos dos artsº 7º, 8º e 9º do Decreto-Lei nº 215/97, de 18 de agosto e Decreto-Lei nº 220/98, de 17 de julho;

- **Vogal do júri** do processo de seleção sumário para a área de Gestão de Recursos Humanos, de 2 lugares de técnico superior de 2ª classe, cujo anúncio foi publicado no *Diário de Notícias* (D.N.), de 01/06/99, através da celebração de contrato administrativo de Provimento nos termos dos artsº. 7º, 8º e 9º do Decreto-Lei nº 215/97, de 18 de agosto e Decreto-Lei nº 220/98, de 17 de julho;

- **Vogal do júri** do processo de seleção sumário para a área de Economia, de 1 lugar de técnico superior de 2ª classe, cujo anúncio foi publicado no *Diário de Notícias* (D.N.) de 01/06/99, através da celebração de contrato administrativo de Provimento nos termos dos artsº 7º, 8º e 9º do Decreto-Lei nº 215/97, de 18 de agosto e Decreto-Lei nº 220/98, de 17 de julho;

- **Vogal do júri** do processo de seleção sumário para a área de Sociologia, de 1 lugar de técnico superior de 2ª classe, cujo anúncio foi publicado no *Diário de Notícias* (D.N.), de 01/06/99, através da celebração de contrato administrativo de Provimento nos termos dos artsº 7º, 8º e 9º do Decreto-Lei nº 215/97, de 18 de agosto e Decreto-Lei nº 220/98, de 17 de julho;

- **Presidente do júri** do processo de seleção sumário para o grupo de pessoal técnico-profissional, de 3 lugares para a carreira de secretário-rececionista, cujo anúncio foi publicado no *Diário de Notícias* (D.N.), de 01/06/99, através da celebração de contrato administrativo de Provimento nos termos dos artsº 7º, 8º e 9º do

Decreto-Lei nº 215/97, de 18 de agosto e Decreto-Lei nº 220/98, de 17 de julho;

- **Presidente do júri** do processo de seleção sumário para a área de Informática, de 1 lugar de técnico superior de 2ª classe, cujo anúncio foi publicado no *Diário de Notícias* (D.N.) de 19/06/99, através da celebração de contrato administrativo de Provisão nos termos dos artsº 7º, 8º e 9º do Decreto-Lei nº 215/97, de 18 de agosto e Decreto-Lei nº 220/98, de 17 de julho.

- **Processos de seleção com vista à requisição de pessoal Técnico Superior de 1ª classe ou Principal para a IGAP:**

- **Para preenchimento de 3 vagas para a área de Contabilidade e Auditoria**, tendo o anúncio sido publicado no jornal *Diário de Notícias* (D.N.) de 24/08/00, semanário *Expresso* de 02/09/00 e *Diário da República* (D.R.) 2ª Série, nº 193, de 22/08/00 – **Aviso nº 12650/2000** (Doc. 99);

- **Para preenchimento de 3 vagas para a área de Economia**, tendo o anúncio sido publicado no jornal *Diário de Notícias* (D.N.), de 24/08/00, semanário *Expresso* de 02/09/00 e *Diário da República* (D.R.) 2ª Série, nº 193, de 22/08/00 – **Aviso nº 12650/2000** (Doc. 99);

- **Para preenchimento de 3 vagas para a área de Gestão**, tendo o anúncio sido publicado no jornal *Diário de Notícias* (D.N.), de 24/08/00, semanário *Expresso* de 02/09/00 e *Diário da República* (D.R.)

2ª Série, nº 193, de 22/08/00 – **Aviso nº 12650/2000** (Doc. 99);

- **Para preenchimento de 6 vagas para a área de Direito**, tendo o anúncio sido publicado no jornal *Diário de Notícias* (D.N.), de 24/08/00, semanário *Expresso* de 02/09/00 e *Diário da República* (D.R.)

2ª Série, nº 193, de 22/08/00 – **Aviso nº 12650/2000** (Doc. 99);

- **Para preenchimento de 1 vaga para a área de Biblioteca e Documentação**, tendo o anúncio sido publicado no jornal *Diário de Notícias* (D.N.), de 24/08/00, semanário *Expresso* de 02/09/00 e *Diário da República* (D.R.) 2ª Série, nº 193, de 22/08/00 – **Aviso nº 12650/2000** (Doc. 99);

- **Concursos internos de acesso e de ingresso e concursos externos de ingresso visando o preenchimento de lugares vagos no quadro provisório da IGAP.**

- **Vogal do júri do concurso interno de acesso geral visando o provimento de três lugares na categoria de técnico superior principal da carreira técnica superior**, Refª nº 1 – Licenciatura em Direito (3 lugares), tendo o anúncio sido publicado no jornal *Diário de Notícias* (D.N.) de 05/01/01 e *Diário da República* (D.R.) 2ª série, nº 2, de 03/01/01 – **Aviso nº 81/2001** (Doc. 100);

- **Vogal do júri do concurso interno de acesso geral visando o provimento de dois lugares na**

categoria de assessor da carreira técnica superior, Refª A – Licenciatura em Gestão de Empresas (1 lugar), tendo o anúncio sido publicado no jornal *Diário de Notícias* (D.N.) de 02/02/01 e *Diário da República* (D.R.) 2ª série, nº 26, de 31/01/01 – **Aviso nº 1810/2001** (Doc. 101);

- **Presidente do júri do concurso interno de acesso geral visando o provimento de dois lugares na categoria de assessor da carreira técnica superior**, Refª B – Licenciatura em Auditoria e Revisão de Contas), tendo o anúncio sido publicado no jornal *Diário de Notícias* (D.N.) de 02/02/01 e *Diário da República* (D.R.) 2ª série, nº 26, de 31/01/01 – **Aviso nº 1810/2001** (Doc. 101);

- **Vogal do júri do concurso interno de acesso geral visando o provimento de três lugares na categoria de assessor da carreira técnica superior**, aberto para a área de Direito, tendo o anúncio sido publicado no *Diário de Notícias* (D.N.), de 05/01/01 e *Diário da República*, 2ª Série, nº 2, de 03/01/01 – **Aviso nº 82/2001** (Doc. 102);

- **Vogal do júri do concurso interno de acesso geral visando o provimento de um lugar na categoria de assessor principal da carreira técnica superior**, tendo o anúncio sido publicado no *Diário da República* (D.R.) 2ª série, nº 63, de 15/3/01 – **Aviso nº 4120/2001** (Doc. 103).

- **Presidente do júri do concurso externo de ingresso visando o provimento de um lugar na**

categoria de assistente administrativo, tendo o anúncio sido publicado no *Diário da República* (D.R.) 2ª série, nº 69, de 22 de março – **Aviso nº 4406/2001** (Doc. 104);

- **Presidente do júri** do concurso externo de ingresso visando o provimento de um lugar na categoria de técnico-profissional de 2ª classe na carreira técnico-profissional (área funcional de secretariado), tendo o anúncio sido publicado no *Diário da República* (D.R.) 2ª série, nº 69, de 22 de março – **Aviso nº 4407/2001** (Doc. 105);

- **Presidente do júri** do concurso externo de ingresso visando o provimento de um lugar na categoria de telefonista da carreira de telefonista, tendo o anúncio sido publicado no *Diário da República* (D.R.) 2ª série, nº 69, de 22 de março – **Aviso nº 4408/2001** (Doc. 106).

4.D) OUTRA EXPERIENCIA RELEVANTE DETALHADA:

4.D1) Funções de Controlo Interno, Inspeção e Auditoria

- **Nomeado Diretor do Gabinete de Auditoria**, da Empresa Estradas de Portugal, SA., a 1 de fevereiro de 2013. Nestas funções foi responsável pela ação diária de 25 Auditores, de onde se destacam as seguintes atividades (Doc. 63):
 - Conceção, estudo e implementação de uma nova Carta de Auditoria;
 - Conceção, estudo e implementação do Mapa de Riscos;
 - Criação e execução de um Plano Anual de Auditoria para a EP;

- Acompanhamento e execução das recomendações resultantes de ações anteriores e implementação de novas normas internas de controlo e validação do seu cumprimento;
 - Acompanhamento e apoio às diversas ações externas de auditoria e inspeção promovidas quer pelo Tribunal de Contas, quer por diversos órgãos de controlo interno como a IGF;
 - Acompanhamento de ações de avaliação de fraude quanto à salvaguarda de ativos e cumprimento do Código de Ética da EP e;
 - Efetuar ações para o apuramento de responsabilidades disciplinares, financeiras e criminais de acordo com as indicações do Conselho de Administração.
- **Auditor e Consultor** no Gabinete de Auditoria Geral, da Empresa Estradas de Portugal, SA., de 20 de junho de 2011 a 31 de janeiro de 2013, de onde se destaca a liderança de várias equipas de auditoria (Doc. 107):
 - Auditoria Técnica á Condução Gestão da Empreitada " IC2 - Beneficiação LDLRA-Condeixa(A1) – Multa 06/03/2012
 - Inquérito EN 8 - Km 118+500 - Construção muro de Suporte, reforço do sistema de Drenagem e Passeios 08/12/2011
 - Inquérito Processo 44/11.4TTCBR - Recurso de Contraordenação - Construção do IC 2 - Vte Sul de Coimbra 09/11/2012
 - Usos e Abusos de diversa natureza da Delegação Regional de Castelo Branco 27/07/2012
 - Usos e Abusos de diversa natureza da Delegação Regional de Castelo Branco- Pedido de Esclarecimento PCA 16/10/2012
 - Grave irregularidade cometida por vários diretores da DCM - Empreitada de Conservação Corrente em Aveiro 01/07/2013
 - Relatório de Averiguação Subconcessão Pinhal Interior " Acidente Rodoviário - IC8 - Km 96,700 15/05/2013
 - **Nomeado Responsável da Área de Auditoria Administrativa e Financeira** do Gabinete de Auditoria do IEP, cargo equiparado a **Chefe de Divisão – Deliberação CA nº. 52/2003, de 2 de junho**, onde liderou durante três anos cerca de 20 auditores, fazendo a

planificação, execução e controlo de toda a atividade de controlo interno. (Docs. 65, 107 e 108)

- 9 s/a Ribeira de Loures (IC1/EN8 – Lanço (Lisboa/Loures) 07/05/2003
 - Auditoria ao Empreendimento " EN 315 - Sardão/ Meirinhos" 01/10/2003
 - Auditoria ao Processo " Variante às EENN 108 e 224 - Nova Ponte s/o Rio Douro em Entre-os Rios" 01/10/2003
 - Licenciamento de Áreas de Serviço/Postos de Abastecimentos na Direcção de Estradas da Guarda 20/09/2003
 - Auditoria á Empreitada IP 3 - Raiva / Gestosa (Sta. C. Dao) 08/07/2004
 - Auditoria ao Empreendimento " Acessos de Baião ao IP 4 (1ª Fase) 02/03/2004
 - IP3 - Variante de Castro Daire - Pontes s/o Rio Paiva e o Rio Paivô 31/01/2005
 - Auditoria aos Procedimentos de Processos Considerados Urgentes, na Área de Conservação 10/12/2004
 - Variante entre Miranda do Corvo e Lousã da EN 342 - Troço entre Cervejota e Miranda do Corvo 18/04/2005
 - Auditoria á " Variante à EN 235 entre Oliveira do Bairro e Sangalhos" (Controlo Preventivo Fundos Comunitários) 27/06/2006
-
- Tomou posse e integrou o quadro de pessoal do ICERR, como **Técnico Superior Auditor/Consultor** no Gabinete de Auditoria a 2 de maio de 2002 e transitou para o IEP, **hoje Infraestruturas de Portugal, SA.**, exercendo todas as funções inerentes à prática de auditoria interna, realizando auditorias, averiguações, elaborando relatórios de inquérito e dando parecer sobre todas as matérias inerentes à definição do sistema de controlo interno e definição de procedimentos nas mais diversas áreas de especialização e intervenção rodoviária, bem como apoio generalizado a todas as unidades orgânicas desta instituição, nomeadamente (Docs. 65, 107, 108):
 - Inquérito aos Procedimentos de Contratação de Empreitadas de Ajuste Direto DELRA e DELSB no Ano de 2001 07/10/2003
 - Inquérito aos Procedimentos de Contratação de Empreitadas de Ajuste Direto DELRA Ano 2000 e 2002 e DELSB no Ano de 2000 09/03/2004

- **Enquanto Vogal da Comissão Instaladora da Inspeção-geral da Administração Pública**, cargo equiparado a Subinspetor-Geral – Despacho Conjunto nº 169/99, publicado no D.R. II Série, nº 44, 2595, de 22 de fevereiro (Doc. 109).

Enquanto tal, assumiu sobre as seguintes unidades orgânicas e áreas de desenvolvimento:

- **Nos termos do Despacho nº 1/99, de 22 de fevereiro, do Presidente da Comissão Instaladora (Doc. 110):**
 - **A responsabilidade pela organização de todo o conjunto de elementos para elaborar e desenvolver o Projeto de Lei Orgânica da IGAP;**
 - A responsabilidade pela organização e gestão das instalações e equipamento informacional e processo de aquisição de instalações para a IGAP;
 - **A responsabilidade pela gestão financeira e orçamental;**
 - A coresponsabilidade pela elaboração dos Mapas de Pessoal e respetiva Portaria;
 - A coresponsabilidade pelo recrutamento, seleção e formação de quadros;
 - **A coresponsabilidade pela preparação dos módulos de inspeção e auditoria, lançamento, acompanhamento e execução de toda a atividade inspetiva e de auditoria da IGAP;**
 - **Elaboração, planeamento e execução do Sistema de Controlo Interno da IGAP.**
- Nos termos do Despacho nº 5/99, de 27 de Julho, do Presidente da Comissão Instaladora, (Doc. 111) **designado coordenador de um grupo de trabalho para elaborar um**

levantamento sistematizado do conjunto de entidades sujeitas ao controlo estratégico da IGAP, nomeadamente a entidades e serviços pertencentes à pessoa coletiva Estado, Regiões Autónomas, Institutos Públicos e Instituições da Segurança Social, bem como as **“associações públicas, associações de entidades públicas ou associações de entidades públicas e privadas que sejam financiadas maioritariamente por entidades públicas ou sujeitas ao seu controlo de gestão”**, as Empresas Públicas, as **“sociedades constituídas nos termos da lei comercial pelo Estado, por outras entidades públicas ou por ambas em associações”**, as **“sociedades constituídas em conformidade com a lei comercial em que se associam capitais públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, desde que a parte pública detenha de forma direta a maioria do capital social”**, as **“sociedades constituídas em conformidade com a lei comercial em que se associam capitais públicos e privados, nacionais e estrangeiros, quando a parte pública controla de forma direta a respetiva gestão ou quando disponha de ações privilegiadas nos termos do artigo 15º da Lei nº 11/90, de 5 de Abril”** e as **“empresas concessionárias da gestão de empresas públicas e de sociedades de capitais públicos”**.

- Nos termos do Despacho nº 6/2000, de 15 de fevereiro, do Presidente da Comissão Instaladora (Doc. 112), **assume, igualmente, a responsabilidade pela:**
 - **Unidade de Documentação**, onde se integram a Biblioteca especializada, a Hemeroteca e a Videoteca;

- **Centro de Estudos sobre o Estado, as Administrações Públicas e a Função Pública (CEAFP);**
 - **Unidade de Gestão Financeira, Informacional e Logística**, que integra o Núcleo Financeiro, o Núcleo de Gestão Informacional e o Núcleo de Instalações e Património.
- Nos termos do Despacho nº 20/2000, de 9 de outubro, do Presidente da Comissão Instaladora (Doc. 113), **nomeado coordenador do grupo de trabalho constituído para a elaboração da Lei Orgânica da IGAP.**
 - Nos termos do Despacho nº 27/2000, de 18 de dezembro, do Presidente da Comissão Instaladora (Doc. 114), **designado como notador e avaliador dos funcionários, nos termos do Decreto Regulamentar nº 44-B, de 1 de Junho.**
 - Nos termos do Despacho nº 2/2001, de 26 de janeiro, do Presidente da Comissão Instaladora (Doc. 115), **assume a responsabilidade pelos Serviços de Apoio Técnico e Administração** que integram a:
 - **Unidade de Gestão Financeira e Patrimonial;**
 - **Unidade de Informação e Gestão Informática;**
 - **Unidade de Gestão de Recursos Humanos e Formação.**
 - **Nomeado Subinspetor-Geral da Inspeção-Geral da Administração Pública – Despacho Conjunto nº**

1056/2001, publicado no D.R. II Série, nº 282, 20228, de 6 de dezembro (Doc. 67).

Enquanto tal, nos termos do Despacho n.º 3535/2002 (2.ª série), de 21 de janeiro, publicado no Diário da República de 15 de fevereiro, do Inspector Geral da Administração Pública, **assumiu por delegação de competências dos Serviços de Apoio Técnico e Administração da Inspeção-Geral da Administração Pública.**

- **Enquanto Assessor de Membros do Governo**, desenvolveu a seguinte atividade (Docs. 69 e 70):

- Nomeado **Assessor do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro**, em fevereiro de 1998 e exercendo funções até abril de 1998 (Despacho nº 4067/98, publicado no D.R. II Série, nº 58, de 10 de março e Despacho nº 6410/98, publicado no D.R. II Série, nº 92, de 20 de abril).

Enquanto tal, desenvolveu, entre outras, as seguintes funções:

- **Análise dos pontos das Agendas a discutir em Reunião de Secretários de Estado e Reunião de Conselho de Ministros**, com vista a preparar a decisão de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro;
- **Análise e estudos vários de natureza jurídico-pública**, nomeadamente relacionados com matérias de âmbito financeiro, empresarial e de Administração Pública, bem como preparação de diplomas de diversa natureza;

- **Preparação diária de relatórios analítico-críticos** de toda a informação difundida e publicada pelos órgãos de comunicação social, **designadamente nas vertentes políticas, financeira e de Administração Pública.**
- Nomeado **Assessor do Secretário de Estado do Orçamento** – em abril de 1998 e exercendo funções até fevereiro de 1999 (Despacho nº 5703/98, publicado no D.R. II Série, nº 81, de 6 de abril e Despacho nº 4357/99, publicado no D.R. II Série, nº 51, de 2 de março) (Doc. 69).

Enquanto tal, desenvolveu, entre outras, as seguintes funções:

- **Membro do grupo de Trabalho para estudar a extinção da SISA**, nos termos do despacho do Secretário de Estado do Orçamento de 15.06.1998 (Doc. 116);
- Representante do Ministério das Finanças na **Comissão de Acompanhamento e avaliação do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social - 1998/1999** (Doc. 117);
- Representante do Governo, como membro suplente, no **Conselho de Saúde e Segurança no Trabalho para a Administração Pública**, por despacho de 27 de abril de 1998, de Sua Excelência o Secretário de Estado do Orçamento, nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 2º do Decreto-Lei nº 83/98, de 3 de abril (Doc. 118);
- Representante do Ministro das Finanças, na **Comissão Interministerial para as comemorações da candidatura presidencial de 1958 do General Humberto Delgado** (Doc. 119);

- Responsável pelo acompanhamento com participação direta em todas as negociações tendentes ao **Acordo Salarial para a Função Pública de 1999**, além de todas as negociações sectoriais de cada ministério relativamente às diversas revisões de carreiras, nomeadamente no **Ministério da Educação, Trabalho e Solidariedade, Saúde, Justiça, Ambiente, MEPAT e Finanças - 1998/1999**;
- Representante do **Secretário de Estado do Orçamento para os assuntos relativos à articulação do Ministério das Finanças com a Administração Pública e com a Função Pública**, designadamente em matéria de negociação com os parceiros sociais;
- Nomeado representante do **Secretário de Estado do Orçamento junto do Ministério da Saúde** para a revalorização das carreiras médicas;
- Nomeado representante do **Secretário de Estado do Orçamento junto do Ministério da Saúde** para a negociação da revalorização das carreiras dos Serviços Gerais daquele Ministério;
- Nomeado representante do **Secretário de Estado do Orçamento junto do Ministério da Educação** para a negociação da revalorização das carreiras do pessoal docente do Ensino não superior daquele Ministério;
- Nomeado representante do **Secretário de Estado do Orçamento junto do MEPAT (SEALOT)**, para a negociação da revalorização das carreiras da Administração Local;
- Nomeado representante do **Secretário de Estado do Orçamento junto do Ministério do Ambiente**, para a

negociação da revalorização das carreiras dos Vigilantes e Guardas da Natureza daquele Ministério;

- Representante **do Secretário de Estado Orçamento junto da PCM** para reuniões de preparação de elaboração de projetos de diplomas legais a submeter às Reuniões de Secretários de Estado (RSE) e Reuniões de Conselho de Ministros (RCM);
- **Análise dos pontos das Agendas a discutir em RSE's e RCM's**, com vista a preparar a decisão de Suas Excelências o Ministro das Finanças e o Secretário de Estado do Orçamento;
- **Análise e preparação dos projetos** de resposta a enviar pelo Secretário de Estado Orçamento aos Tribunais Administrativos;
- **Preparação de projetos de despachos e de despachos conjuntos** a assinar por Suas Excelências o Ministro das Finanças e o Secretário de Estado do Orçamento;
- **Preparação de projetos de portarias e de portarias conjuntas** a assinar por Suas Excelências o Ministro das Finanças e o Secretário de Estado do Orçamento;
- **Análise e preparação de respostas a recomendações e esclarecimentos** solicitados por Sua Excelência o Provedor de Justiça;
- **Análise de todos os projetos de Leis Orgânicas**, designadamente de diversos Ministérios e Serviços, a submeter a RSE e posteriormente a RCM;
- **Responsável pelo acompanhamento e apoio à elaboração de múltiplas auditorias financeiras e de**

recursos humanos levadas a cabo pela Direcção-Geral do Orçamento;

- **Elaboração de Informações de natureza técnico-jurídica** sobre os assuntos que correm pela Secretaria de Estado do Orçamento;
- Intervenção na execução do **Orçamento de 1998** quanto à elaboração do Decreto-Lei de Execução Orçamental e preparação do **Orçamento Geral do Estado para 1999**, nomeadamente no respeitante ao seu articulado legal.

4.D2) Enquanto Formador, desenvolveu a seguinte atividade:

Professor do Curso de Pós-Graduação em Finanças Publicas para funcionários da área de controlo financeiro dos PALOP'S – Organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o ISCTE e o Instituto de Formação em Gestão Económica e Financeira de Angola - Luanda (De 10 a 27/7/2017).

- **Monitor** do módulo “Avaliação, Inovação, Modernização e Qualidade”, **do Curso de CAGEP no Instituto da Segurança Social, I.P.**, organizado em parceria com o ISG, que decorreu dias 7, 8 e 9 de novembro de 2016, num total de 17 horas (Doc. 120).
- **Professor do Curso de Pós-Graduação em Finanças Publicas para os Auditores do Tribunal de Contas de Angola** – Organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o ISCTE e o Tribunal de Contas de Portugal (2016) (Doc. 71).
- **Orador** na Conferencia Internacional - “Civil Engineering Opportunities, Foreign Policy and Economic Reforms in Serbia”, sobre o tema “**Sérvia, sua importância estratégica na Europa e no Mundo**”, que decorreu no dia 10 de maio de 2016 na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Doc. 87).

- **Orador** no Fórum - "**A Relevância do Controlo e da Auditoria Interna para a transparência na Gestão Autárquica**", que decorreu na Camara Municipal de Condeixa, organizado pelo IPAI, CM de Condeixa e pelo ISCAC - Coimbra Business School e ANM no dia 30 de maio de 2015 (Doc. 121).
- **Orador na Conferência** - "**O Autocaravanismo e a Sociedade**", organizado pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, que decorreu em Salvaterra de Magos (Doc. 122).
- **Orador na Tertúlia Café Europa**, sob o tema - **Uma Nova Narrativa para a Europa**, que decorreu na ULHT, dia 6 de março de 2015 (Doc. 123).
- **Orador e participante** no Meeting Room VI (R3), do International Labour Office (OIT), que decorreu dia 2 e 3 de outubro de 2014 em Geneva (Génebra), em parceria com a APSHSTDC, sobre o tema a **Segurança e Higiene no Trabalho** (Doc. 88).
- **Orador** no Seminário **Criminalidade Organizada**, sobre o tema - "**As Políticas Públicas e a Segurança**", que decorreu na Universidade Lusíada, organizado pelo Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, no dia 13 de dezembro de 2010 (Doc. 124).
- **Orador no Colóquio Internacional** sobre - *A moderna gestão financeira pública: Uma resposta à crise económica?*, **organizado pelo Tribunal de Contas**, na comemoração do seu 160.º Aniversário, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, Sala 1, a 19 de junho de 2009 (Doc. 90).
- **Orador no III Colóquio Internacional** - *Interesse Público, Funções do Estado e Reforma da Administração*, organizado **pelo ISCTE-IU**, dias 21 e 22 de abril de 2005, onde proferiu uma Conferência

intitulada **“O Controlo Parlamentar das Finanças Públicas em Portugal”** (Doc. 93).

- **Orador na Conferência Internacional “Créditos à Exportação e Transparência”**, organizado pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), na sua sede, dia 17 de novembro de 2005 (Doc. 92).
- **Monitor da Ação de Formação - “Os Sistemas de Controlo da Gestão Pública”**, realizada nos dias 13, 14, 27 e 28 de junho de 2002, organizado pelo ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, num total de 32 horas (Doc. 125).
- **Orador no Seminário “Os sistemas de controlo da Gestão Pública na Administração Central e nas Autarquias”**, promovido pela E & C -Projetos Educativos e Culturais, S.A., que teve lugar no Metropolitan, nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2002 (Doc. 126).
- **Preletor no 3º Encontro INA - “A reinvenção da função pública, da burocracia à gestão”**, Fundação Calouste Gulbenkian, que decorreu nos dias 14 e 15 de março de 2002, sob o tema **“Sistema de Controlo Interno e Externo da Administração Pública sobre o Emprego Público e Controlo de Efetivos”** (Doc. 127).
- **Orador na Conferência - “Como desenvolver e implementar o controlo estratégico na Administração Pública”**, promovido pelo Institute for International Research, dia 26 e 27 de junho de 2001 (Doc. 128).
- **Orador na Conferência - “Gestão Orçamental e Patrimonial na Administração Pública”**, promovida pela NPF – Pesquisa e Formação, dia 15 e 16 de dezembro de 1999, **com duração de 12 horas** (Doc. 129).

- **Co-monitor** do curso de formação profissional - **“Regime das Férias, Faltas e Licenças”**, levado a cabo pela Secretária-geral do Ministério das Finanças, que decorreu do dia 15 ao dia 19 de novembro em 1999, num total de **15 horas** (Doc. 130).
- **Formador convidado da Secretária-geral do Ministério das Finanças**, ministrando cursos de **Contencioso Administrativo, Implicações Sociais e Jurídicas da Sociedade de Informação, Legislação Laboral, Regime Jurídico da Função Pública, Direito Administrativo Europeu, Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e Regime Jurídico das Empreitadas - 1998/1999**, num total de **120 horas** (Doc. parcial 131).
- **Formador convidado** do Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação do Norte (STAE/Zona Norte), ministrando diversos cursos de **Introdução ao Direito, Código do Procedimento Administrativo e Introdução à Atividade Administrativa - 1998/1999**, num total de **60 horas** (Doc. 132).

4.D3) Enquanto Técnico Superior frequentou com aproveitamento a seguinte formação:

- Participou na **Conferência Interparlamentar “Stability, Economic Coordination and Governance in the European Union”**, em Helsínquia, de 30 de setembro a 1 de outubro de 2019.
- Participou na **Conferência Internacional “Para onde vai a Europa?”**, Fundação Calouste Gulbenkian, 22 de março de 2019. (Doc. 132-A)
- Participou no **3rd meeting of the Joint Parliamentary Scrutiny Group (JPSG) on the European Union Agency for Law**

Enforcement Cooperation (EUROPOL), Bruxelas, Palmento Europeu, 24 e 25 de setembro de 2018. (Doc. 132-B)

- Participou no Colóquio **“A União Bancária e o Financiamento da Economia Portuguesa”**, organizado pela Comissão de Assuntos Europeus, Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública e pela Comissão de Economia e Obras públicas, que decorreu na Assembleia da República no dia 26 de fevereiro de 2014 (Doc. 133).
- Participou na Conferência Internacional **“Os Julgados de Paz nos Caminhos da Justiça”**, organizado pela Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e pelo Conselho dos Julgados de Paz, que decorreu no dia 28 de janeiro de 2014 (Doc. 134).
- **Frequentou o Seminário – Avaliação do Impacto da Legislação**, organizado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que decorreu na Sala do Senado da Assembleia da República dia 25 de outubro de 2010 (Doc. 135).
- **Participou no V Fórum Parlamentar Ibero-Americano**, que decorreu na Assembleia da República a 23 e 24 de novembro de 2009, cujo tema central foi: **“Respostas à crise Financeira Mundial. O Contributo da Inovação e do Conhecimento”** (Doc. 136).
- **Frequentou na IV Conferência das Comissões Parlamentares de Fiscalização dos Serviços de Informações e Segurança dos Estados Membros da União Europeia**, na Assembleia da República, dia 16 de junho de 2008 (Doc. 137).
- **Frequentou a 3.ª Conferência – Tratado de Lisboa**, dos Colóquios e Conferências Parlamentares da Assembleia da

República na Universidade de Aveiro, dia 9 de abril de 2008 (Doc. 138).

- **Frequentou a Conferência – Os Desafios de Segurança Internacional e a Cooperação no âmbito da CPLP**, organizado pela Comissão Parlamentar de Defesa, a 26 e 27 de junho de 2007 (Doc. 139).
- **Frequentou a 2.ª Conferência – A Política Externa e de Segurança Comum**, dos Colóquios e Conferências Parlamentares da Assembleia da República na Universidade de Aveiro, dia 26 de junho de 2007 (Doc. 140).
- **Frequentou a 1.ª Conferência – Os Desafios Económicos e Sociais; Estratégia de Lisboa**, dos Colóquios e Conferências Parlamentares da Assembleia da República na sua Sala do Senado, dia 30 de maio de 2007 (Doc. 141).
- **Frequentou a 15.ª Conferência do SINSASE** sobre “Boas práticas de *Corporate Governance*”, que decorreu a 16 de abril de 2007, na Universidade Católica em Lisboa (Doc. 142).
- **Frequentou o 4.º Congresso Nacional da Administração Pública – Novos Modelos da Administração Pública**, organizado pelo Instituto Nacional de Administração (INA), que decorreu no Centro de Congressos de Lisboa nos dias 2 e 3 de 2006 (Doc. 143).
- **Frequentou o IV Congresso Rodoviário Português**, que teve lugar no Centro de Congressos do Estoril, de 5 a 7 de abril de 2006 (Doc. 144).
- Frequentou o Seminário **“O Estado no Século XXI: Redefinição das suas Fronteiras”**, que decorreu no dia 19 de outubro de

2004, em Lisboa, **organizado pelo Tribunal de Contas e pelo INA**, num total de 7 horas (Doc. 145).

- **Frequentou** a Conferência sobre **“Auditoria Interna”**, organizada pelo International Faculty for Executives (IFE), que decorreu em Lisboa no Hotel Metropolitan, nos dias 28 e 29 de janeiro de 2003 (Doc. 146).
- **Frequentou** a Conferência sobre **“Auditoria Financeira”**, organizada pelo International Faculty for Executives (IFE), que decorreu em Lisboa no Hotel Metropolitan, no dia 30 de janeiro de 2003 (Doc. 147).
- Frequentou a Conferência **“Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública”**, que decorreu nos dias 10 e 11 de dezembro de 2002, em Lisboa, promovida pela NPF - Pesquisa e Formação, **num total de 10 horas** (Doc. 148).
- Frequentou o Colóquio Internacional **“Administração, Cidadania – Modernização dos Serviços Públicos”**, que decorreu nos dias 23 e 24 de março de 2002, organizado pelo Departamento de Sociologia do ISCTE, **num total de 12 horas** (Doc. 149).
- Participou no **VII Congresso do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD)**, sobre a **REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, que decorreu nos dias 8, 9, 10 e 11 de outubro de 2002 em Lisboa, **num total de 28 horas** (Doc. 150).
- Frequentou os cursos **“Normas para a prática profissional de Auditoria Interna”** e **“O Novo Enquadramento Normativo para a Prática Profissional da Auditoria Interna”**, que decorreram nos dias 19 e 20 de outubro de 2002 e 19 e 20 de fevereiro de 2003, em Lisboa, organizado pelo **Instituto**

Português de Auditores Internos (IPAI), num total de 15 horas (Docs. 151 e 152).

- Participou no **2º Congresso Rodoviário Português**, que decorreu nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 2002, no LNEC, organizado pelo Centro Rodoviário Português (CRP), num total de 21 horas (Doc. 153).
- Frequentou o **Advanced Controller – IIR Master Course**, que decorreu nos dias 27 e 28 de novembro de 2002. em Lisboa, organizado pelo Institute for International Research, **num total de 15 horas** (Doc. 154).
- Frequentou a Ação de Formação **“GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”**, que decorreu nos dias 8, 9, 10 e 11 de janeiro de 2001 na Inspeção-geral da Administração Pública, **num total de 24 horas** (Doc. 155).
- Participou no Colóquio **“A RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO”**, que decorreu nos dias 8 e 9 de março de 2001 no Auditório da Torre do Tombo, **num total de 12 horas** (Doc. 156).
- Participou na Conferência **“THE 33RD GLOBAL HUMAN RESOURCE MANAGEMENT CONFERENCE COURSE”**, que decorreu entre os dias 4 e 6 de abril de 2001, no Palácio de Congressos da Catalunha, em Barcelona, organizado pelo Management Centre Europe (MCE), **num total de 24 horas** (Doc. 157).
- Frequentou a Ação de Formação **“AUDITAR AS POLÍTICAS E AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”**, que decorreu nos dias 18 e 19 de

junho de 2001 em Lisboa no Hotel Reno, organizado pela IFE Executives, **num total de 14 horas** (Doc. 158).

- Frequentou Conferência **“MULTIMÉDIA XXI”**, que decorreu no dia 03 de maio de 2001 em Lisboa, organizado pela APDC, **num total de 7 horas** (Doc. 159).
- Frequentou Conferência **“Contribuição dos recursos humanos para a estratégia de negócio”**, que decorreu no dia 30 de maio de 2001, em Lisboa, organizado pela NPF – Pesquisa e Formação, **num total de 6 horas** (Doc. 160).
- Frequentou a Ação de Formação **“COMO GERIR RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”**, que decorreu nos dias 20 e 21 de junho de 2001 em Lisboa no Hotel Reno, organizado pela IFE Executives, **num total de 14 horas** (Doc. 161).
- Frequentou o Seminário **“A UNIÃO EUROPEIA DEPOIS DE NICE: UMA VISÃO PORTUGUESA”**, que decorreu no dia 29 de junho de 2001, organizado pelo Instituto Nacional da Administração no Centro Jean Monet, **num total de 14 horas** (Doc. 162).
- Frequentou o **Curso de Verão sobre DIREITO DA FUNÇÃO PÚBLICA**, que decorreu entre os dias 9 e 13 de julho de 2001, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, **num total de 45 horas** (Doc. 163).
- Participou na Conferência **“ADVANCES IN THE PUBLIC MANAGEMENT OF INFORMATION AND CONTROL: AUDITING, EVALUATION AND INSPECTION IN THE EU MEMBER STATES AND THE EUROPEAN INSTITUTIONS”**, que decorreu entre os dias 2 e 3 de outubro de 2001, no Instituto Europeu de Administração Pública, em Maastricht, Holanda, **num total de 15 horas** (Doc. 164).

- Frequentou a Conferência “**Regulação económica, concorrência e serviços de interesse geral**”, que decorreu no dia 15 de outubro de 2001, em Lisboa, organizado pelo Centro de Empresas com Participação Pública e/ou Interesse Económico Geral, num total de 7 horas (Doc. 165).
- Frequentou o Seminário “**E-Government**”, que decorreu no dia 7 de novembro de 2001 em Lisboa, organizado pela SAP/Portugal, **num total de 07 horas** (Doc. 166).
- Frequentou o Seminário “**A Administração Pública e a Sociedade da Informação: Novas formas de relação com o cidadão**”, que decorreu no dia 8 de novembro de 2001, em Oeiras, organizado pelo Instituto Nacional de Administração (INA), **num total de 07 horas** (Doc. 167).
- Frequentou o Seminário “**A face oculta da governança: Cidadania, Administração Pública e Sociedade**”, que decorreu nos dias 19 e 20 de novembro de 2001, em Oeiras, organizado pelo Instituto Nacional de Administração (INA), **num total de 07 horas** (Doc. 168).
- Frequentou o Curso “**O controlo da Administração Financeira**”, que decorreu no dia 30 de novembro de 2001 em Lisboa no Hotel Reno, organizado pela IFE Executives, **num total de 7 horas** (Doc. 169).
- Frequentou o Curso de Formação “**Audidores da Qualidade**”, que decorreu de 22 de janeiro a 6 de fevereiro de 2001, em Lisboa, no Hotel Continental, organizado pelas empresas PROCON e SEGIQUAL, **num total de 40 horas**, tendo sido aprovado como **Auditor da Qualidade** (Doc. 170).
- Frequentou a Ação de Formação “**PRÁTICA DE INTERNET E CORREIO ELECTRÓNICO**”, que decorreu nos dias 4 e 5 de

dezembro de 2000 na Inspeção-geral da Administração Pública, **num total de 12 horas** (Doc. 171).

- Frequentou a Conferência Internacional **“A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS”**, que decorreu no dia 30 de novembro de 2000, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), **num total de 6 horas** (Doc. 172).
- Frequentou o Seminário Técnico sobre a **“A APLICAÇÃO DA LEI ANTI-DISCRIMINAÇÃO – LEI Nº 134/99, DE 28 DE AGOSTO”**, que decorreu no dia 10 de novembro de 2000, em Lisboa, organizado pelo Gabinete do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas na Inspeção-geral da Administração Pública, **num total de 6 horas** (Doc. 173).
- Participou na Conferência **“O EURO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”**, que decorreu no dia 13 de novembro de 2000 no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, **num total de 8 horas** (Doc. 174).
- Participou no **V Congresso do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD)**, sobre a **REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, que decorreu nos dias 24, 25, 26 e 27 de outubro de 2000 em Santo Domingo na República Dominicana, **num total de 28 horas** (Doc. 175).
- Frequentou o Seminário **“GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS PÚBLICOS”**, que decorreu nos dias 16 e 17 de outubro de 2000, no Instituto Nacional de Administração, **num total de 12 horas** (Doc. 176).
- Frequentou o Seminário **“CIBE – GESTÃO PATRIMONIAL INTEGRADA, COM O NOVO CADASTRO E INVENTÁRIO DOS”**

BENS DO ESTADO”, organizado pela Microsoft, realizado no dia 15 de setembro de 2000 em Paço de Arcos, das 9H30 às 13H00, nas instalações da Microsoft (Doc. 177).

- Frequentou o **IV Colóquio Luso-Espanhol de Direito Administrativo**, que decorreu nos dias 6 e 7 de abril de 2000, na Reitoria da Universidade de Coimbra sob o tema **“OS CAMINHOS DA PRIVATIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”**, num total de 15 horas (Doc. 178).
- Frequentou a Ação de Formação sobre o **“SISTEMA DE CONTROLO INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”**, promovida pela **Inspeção-geral da Administração Pública**, dias 21, 22, 23 e 24 de março de 2000, num total de 16 horas (Doc. 179).
- Frequentou a Ação de Formação sobre **“AUDITORIA – ABORDAGEM METODOLÓGICA”**, promovida pela **Inspeção-geral da Administração Pública**, dias 27 e 28 de janeiro de 2000, com duração de 12 horas (Doc. 180).
- Frequentou a Ação de Formação sobre **“A INSPECCÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O SISTEMA DE MÓDULOS DE AUDITORIA E CONTROLO”**, promovida pela **Inspeção-geral da Administração Pública**, dias 27 e 28 de outubro de 1999, num total de 18 horas (Doc. 181).
- Frequentou a Acção de Formação **“NOVO REGIME JURÍDICO DA REALIZAÇÃO DE DESPESAS PÚBLICAS E DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA”**, promovida pela NPF – Pesquisa e Formação, dias 12 e 13 de Outubro de 1999, com duração de 12 horas (Doc. 182).
- Frequentou a Acção de Formação **“AUDITORIA INTERNA”** (Doc. 183), promovida pela NPF – Pesquisa e Formação, dia 22

de Setembro de 1999, **com duração de 4 horas**, nos seguintes módulos:

- Auditoria Informática;
- Auditoria Informática no Contexto do Bug do Ano 2000;
- Auditoria Informática Face ao Euro;

Auditoria em Ambientes Tecnicamente Avançados.

- **Frequentou** com aproveitamento o **CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA DE GESTÃO**, promovido pela Fundação Antero de Quental, com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com a duração total de **120 horas**, tendo obtido a classificação final de 17 valores, em junho de 1993 (Doc. 184).
- **Frequentou** com aproveitamento o **CURSO DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA E GESTÃO AUTÁRQUICA**, promovido pela Fundação Antero de Quental, com a duração total de **900 horas**, entre março de 1992 e janeiro de 1993 (Doc. 185).
- **Participação** no grupo de trabalho informal para a elaboração do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo - **Ministério da Educação**.
- **Participação** em várias conferências organizadas pela Universidade Internacional e outras instituições, nos anos de 1990 a 1995, como:
 - III JORNADAS SOBRE INTEGRAÇÃO EUROPEIA;
 - **O ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA;**
 - O IMPACTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

- **Organizador** de diversas Conferências, Jornadas e reuniões sobre temas de Direito, entre as quais:

- Debates sobre o Código de Procedimento Administrativo
“O CÓDIGO POSSÍVEL, O CÓDIGO NECESSÁRIO”

- “CONFERÊNCIA SOBRE A REFORMA DO CÓDIGO PENAL”

- I Conferência Ibérica de Direito Parlamentar, que decorreu entre 2 e 3 de abril de 2009, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

4.D4) PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE FORMAÇÃO, COLOQUIOS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS:

Participou em inúmeros eventos, de âmbito nacional e internacional, em Portugal e no estrangeiro, destacando-se aqueles em que interveio como orador, palestrante, relator ou moderador, em matérias relacionadas com a reforma da Administração Pública e da Administração Financeira, Sistemas de Controlo Interno e Externo e instituições superiores de controlo, reforma dos sistemas de justiça e de segurança interna, em países como Cabo Verde, Espanha, França, Bélgica, nas Instituições Comunitárias, na Grécia, Itália e Brasil.

CONHECIMENTOS LINGUÍSTICOS:

- **Inglês:** falado e escrito

- **Francês:** falado e escrito

- **Espanhol:** falado e escrito

OUTRAS ACTIVIDADES

1987 **Fundador** da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Ourém.

Presidente de duas Comissões de Finalistas.

Membro da Associação Recreativa e Cultural de Urqueira.

1988/89 **Representante** dos alunos no Conselho Pedagógico e Diretivo da Escola Secundária de Ourém.

1992/94 **Membro da Direção** da Associação Académica da Universidade Internacional.

Representante desta, na Associação Académica de Lisboa.

Responsável pela secção Pedagógica da Associação Académica desta Universidade e representante dos alunos no seu Conselho Pedagógico. Enquanto dirigente associativo - participação em vários ENDA's e encontros nacionais de dirigentes associativos.

Membro fundador do movimento para a constituição dos Encontros Nacionais de Dirigentes Associativos do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

- 1990/94** **Membro** da Academia da Universidade Internacional, pertencendo nomeadamente à Tuna desta Universidade e ao Grupo de Cantares Alentejanos.
- 1997/2001** **Membro da Assembleia de Freguesia** de Urqueira-Ourém.
- 2000/2002** **Presidente de Direção** da Associação Cultural e Recreativa de Urqueira.
- 2001/2005** **Vereador sem Pelouros** da Câmara Municipal de Ourém.
- 1997/2016** **Deputado Municipal** de Ourém.
- 2008/2015** **Presidente da Assembleia Geral** da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias-Ourem.
- 2005/2016** **Presidente da Assembleia Geral da Associação de Bem Estar Social de Urqueira.**
- 2009/2016** Membro do *“Think Tank Governance na Administração Pública Central e Local”*.

DIVERSOS:

- * Conhecimentos de informática na ótica do utilizador;
- * Situação Militar resolvida;

- * Inscrição na Ordem dos Advogados suspensa desde 2003;
- * Carta de condução de automóveis ligeiros.

Ourém, 21 de Fevereiro de 2020.

António Ribeiro Gameiro